**SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA – SETR**
**CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES**

Aos cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às 14h30, foi realizada de forma híbrida a 35ª Reunião Ordinária do CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR, no endereço: Rua Inácio Lustosa, 700 – São Francisco, Edifício do PARANAPREVIDÊNCIA – 80510-000 – Curitiba – PR, e também através do *link*: meet.google.com/woe-pgrm-fgt. Estavam presentes os conselheiros: Suelen Glinski Rosa, da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR; Ana Raquel de Oliveira Alves, da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento – SEAB; Lucas Paulatti Kassar, da Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver; Cleide Oberle, da Marreclê Crochê; Thaise Francielle de Sousa Roth, do Instituto Se Faz; Jôsi Maria Bervian, da Associação Coletivo de Convivências Agroecológicas – CCA; Jacson Paulo Tessaro, da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP-UFPR e Jesiê Reinert, do Centro de Formação Urbano e Rural Irmã Araujo – CEFURIA. Participaram como convidados: Eunice Rosa da Silva, conselheira suplente da Marreclê Crochê e Matheus José Gonçalez da Silva, da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR. A reunião teve início com a verificação de quórum e aprovação da seguinte pauta: 1. Aprovação da ata da 34ª Reunião Ordinária; 2. Presidência e Vice-Presidência do CEES; 3. Informes das Comissões de Trabalho; 4. Mostras de Economia Solidária e 5. Fundo Estadual de Economia Solidária. Antes da abordagem destes itens, Suelen justificou a mudança de data da reunião, visando que esta ocorresse em dia anterior à I Feira Regional de Economia Solidária, evento que a SETR estava organizando em parceria com a Prefeitura de Curitiba. Explicou que a ideia se deu quando teve contato com o Secretário e Diretores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação em um mutirão de empregos, após o que o projeto teve início. Para a feira estava prevista a participação de cerca de 30 empreendimentos econômicos solidários de Curitiba e região, e Suelen convidou todos os conselheiros a prestigiarem o evento. Passou-se então ao primeiro item da pauta, relativo à ata da 34ª Reunião Ordinária, a qual foi aprovada sem objeções. Em seguida, Suelen introduziu o segundo item, a respeito da Presidência e Vice-Presidência do CEES. Informou ter tido uma conversa sobre o assunto com o Diretor-Geral da SETR, na qual foi informada que dificilmente seria possível tramitar a alteração do decreto que estabelece a presidência ao Secretário da SETR, tendo em vista a época de eleições e a dificuldade para que haja mudanças estruturais no estado durante o período de defeso eleitoral. Todavia, seria possível estabelecer a Vice-Presidência sem que houvesse alterações em leis e decretos, sendo algo já previsto em Regimento Interno e que estava sendo tratado por Matheus junto à Assessoria Técnica da SETR. Suelen também afirmou que trataria do assunto relativo à Presidência tão logo se encerrassem as eleições. Passou-se então ao terceiro item da pauta, a respeito das Comissões de Trabalho, com Matheus fazendo um

breve relato dos trabalhos desenvolvidos. Iniciou com a Comissão de Cadastro e Informação do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), dizendo ter havido uma relativa melhora na quantidade de cadastros, muitos devido ao trabalho desenvolvido por Lisiê Moro enquanto Agente Territorial do Programa de Formação Paul Singer, havendo sido aprovados oito empreendimentos na última reunião da Comissão. Sobre as outras duas Comissões, a do Plano Estadual de Economia Solidária e a de Diálogo Interconselhos, Matheus disse que não havia novas informações a serem repassadas devido à não realização de reuniões neste período, com as últimas reuniões marcadas destas comissões não havendo quórum. Sugeriu que se tentasse marcar duas reuniões de cada uma delas durante o mês de agosto, visando dar encaminhamento a alguns dos trabalhos ainda em 2026, com o que os conselheiros presentes concordaram. Matheus então se encarregou de fazer enquetes nos grupos de *WhatsApp* das comissões visando estabelecer datas para as reuniões. Aproveitando o agendamento das reuniões das Comissões de Trabalho, Suelen também sugeriu que já se marcasse a próxima reunião do CEES, indicando a possibilidade de se fazer uma reunião descentralizada em Ponta Grossa conforme havia sido anteriormente deliberado. Afirmou que a reunião prevista não pôde ser feita de modo descentralizada devido às férias do responsável pela aprovação das viagens, motivo pelo qual a reunião estava sendo realizada em Curitiba, porém em setembro as reuniões descentralizadas poderiam ser retomadas. Desta forma, tentar-se-ia realizá-la em setembro a partir das conversas que Rodriano estava realizando com membros da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual de Ponta Grossa (IESol – UEPG), após as quais os demais conselheiros seriam informados dos desdobramentos e possibilidades de agendamento da reunião. Finalizado este assunto, passou-se ao quarto item da pauta, a respeito das mostras de economia solidária. Suelen afirmou ser importante disponibilizar espaços de comercialização aos empreendimentos econômicos solidários com frequência e, complementando o que havia dito ao início da reunião, informou que a SETR estava organizando, em parceria com a prefeitura, a Feira Regional de Economia Solidária na Rua da Cidadania Pinheirinho em Curitiba. Afirmou que a Prefeitura de Curitiba havia solicitado que fossem retiradas as validações através da Declaração de Empreendimento Econômico Solidário do CADSOL ou indicações de Entidades de Apoio e Fomento ou Fóruns de Economia Solidária, visando justamente ampliar o acesso e colocar mais pessoas em contato com a economia solidária, bem como efetuar cadastros do CADSOL durante as feiras. Acrescentou que a SETR estava com certa dificuldade para o processo de divulgação devido ao período de defeso eleitoral, pedindo ajuda a todos nesta divulgação. Questionou se alguém teria algo a acrescentar a respeito do assunto e, não havendo manifestações, encerrou-se este item da pauta. Suelen introduziu então o último

item da pauta, a respeito do Fundo Estadual de Economia Solidária. A palavra foi dada a Jôsi, que havia solicitado a inclusão. Ela questionou a possibilidade de se estabelecer um Fundo Estadual de Economia Solidária, tendo em vista que já havia previsão na lei 19784/2018, que dispõe sobre a Política Estadual de Economia Solidária, em seu artigo 24. Questionou também o fato de que alguns estados da federação já possuem fundos instituídos, havendo já um arcabouço legal para tal, sendo possível que o Paraná também institua o seu. Suelen então relatou a experiência que teve no passado, ao se reunir com a Secretaria de Estado da Fazenda para tratar do assunto. Na ocasião, foi informada que era exigido um repasse de verbas do Governo Federal para a instituição do fundo. Acrescentou que, no Estado do Paraná, todos os fundos instituídos possuem amparo em legislação federal, além de termos de cooperação ou de adesão assinados com o Governo Federal para o funcionamento, bem como alguma forma de repasse de verbas através de fundos federais também constituídos. Informou que o CEES estava em processo de elaboração de ofícios a serem enviados a todos os Estados da Federação que possuem fundos de economia solidária já instituídos, buscando sanar dúvidas sobre o funcionamento, fonte de recursos e as fundamentações legais utilizadas em suas constituições. Uma vez que tais questões sejam elucidadas, pode-se consultar novamente os órgãos estaduais competentes no Paraná visando o estabelecendo de um fundo estadual de economia solidária. Ressaltou ainda que considera muito importante o estabelecimento de um fundo para o planejamento e desenvolvimento de políticas públicas voltadas à economia solidária. Jôsi então acrescentou que houve a aprovação da Lei nº 15.068/2024, conhecida como Lei Paul Singer, que estabelece uma Política Nacional de Economia Solidária, sendo um fato novo que poderia ajudar na articulação da constituição deste fundo. Os conselheiros presentes indicaram então alguns dos estados com políticas de economia solidária consolidadas aos quais poderiam ser enviados ofícios: Rio de Janeiro, Ceará, Bahia, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte. Suelen acrescentou que poderia entrar em contato com outras Secretarias do Trabalho de outros estados para facilitar a obtenção de respostas, pois possui contatos com muitas delas. Finalizado este item e com nada mais a ser tratado, a reunião foi encerrada e eu, Matheus José Gonçalez da Silva, lavrei a presente ata.